

Problemáticas socioambientais urbanas: transformações e permanências no Buraco da Jia (Rosa Mística) / Campina Grande – PB

Socio-environmental problems: transformations and permanences in Buraco da Jia (Rosa Mística) / Campina Grande – PB

ARAÚJO¹, C. M.
calinemendes@gmail.com

Resumo

As transformações socioespaciais nas cidades se dão de maneira cada vez mais aceleradas. Contraditoriamente, em alguns espaços parece que essas transformações ocorrem a passos mais lentos, tendo em vista que as mesmas são provenientes da ação de diversos agentes produtores do espaço e acontecem em escalas espaço-temporais diferentes. Um exemplo desse processo é a antiga Favela Buraco da Jia (denominada também como Rosa Mística) localizada na cidade de Campina Grande. Esse espaço teve origem a partir de loteamentos clandestinos nas décadas de 1940 e 1950, passou por uma intervenção insipiente e incompleta do Estado na década de 1980 e, atualmente, é considerada, pela Defesa Civil, como sendo uma das áreas de risco da cidade. Partindo de procedimentos metodológicos como levantamentos bibliográficos e documentais, visitas *in loco* e registros fotográficos, o texto que segue tem como objetivo compreender as principais transformações e permanências ocorridas naquele espaço, no que se refere às problemáticas socioambientais e aspectos correlatos. Constata-se que, embora tenha passado por importantes modificações expressas nas suas tipologias espaciais, em outros aspectos o espaço parece ter “parado no tempo”, visto que algumas problemáticas verificadas na sua origem, dentre as quais as socioambientais que serão tratadas ao longo do texto, ainda hoje podem ser observadas em parte considerável daquele espaço.

Palavras chave: Loteamentos clandestinos, problemáticas socioambientais, Buraco da Jia/Rosa Mística.

Abstract

Socio-spatial transformations in cities are increasingly accelerating. In contrast, in some spaces it seems that these transformations occur at slower steps, since they come from the action of several agents that produce space and happen at different spatiotemporal scales. An example of this process is the old Favela Buraco da Jia (also known as Rosa Mística) located in the city of Campina Grande. This space originated from clandestine settlements in the 1940s and 1950s, underwent an insipient and incomplete intervention by the State in the 1980s and is now considered by the Civil Defense to be one of the risk areas of the city. This space originated from clandestine subdivisions in the 1940s and 1950s, underwent an insipient and incomplete intervention by the State in the 1980s and is now considered by the Civil Defense to be one of the risk areas of the city. Based on methodological procedures such as bibliographical and documentary surveys, on-site visits and photographic records, the text that follows aims to understand the main transformations and permanences that occurred in that space, with regard to socio-environmental problems and related aspects. It is observed that, although it has undergone important modifications expressly in its spatial typologies, in other aspects the space seems to have "stopped in the time", since some problems verified in its origin, among which the socio-environmental which will be dealt with throughout the text, can still be observed today in a considerable part of that space.

Keywords: Clandestine settlements, socio-environmental problems, Buracdo da Jia/Rosa Mística.

¹Caline Mendes de Araújo, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo constitui uma análise a respeito da antiga Favela do Buraco da Jia (atualmente também denominada Rosa Mística) e suas transformações socioespaciais, desde o seu processo de ocupação inicial até a contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é compreender as principais transformações e permanências ocorridas naquele espaço, no que se refere às problemáticas socioambientais e afins.

A Favela do Buraco da Jia teve origem com a ocupação de uma área úmida e de várzea, às margens do Riacho das Piabas, na Zona Norte da cidade de Campina Grande, na década de 1940, tendo o seu processo de ocupação intensificado a partir da década de 1950, através de loteamentos clandestinos e outras formas de provisão de moradia.

Após várias décadas do seu surgimento, o Buraco da Jia passou por uma intervenção incompleta da prefeitura municipal, denominada “Urbanização da Favela do Buraco da Jia”¹. A partir de então as condições socioespaciais daquele espaço obtiveram uma melhoria, porém alguns problemas permaneceram e novos surgiram, sobretudo após ocupações mais recentes que avançavam sobre o leito do supramencionado riacho ou sobre a Área de Proteção Permanente do Louzeiro, localizada nas proximidades.

Parte desse espaço constitui hoje uma “área de risco”, setorizada pela Defesa Civil Municipal (2013). Assim, problemas como inundações, poluição das águas, doenças de veiculação hídrica, entre outros, são alguns dos mais verificados na atualidade, convertendo-se em “réplica” do que outrora podia ser verificado no local, quando da sua origem. As permanências dessas problemáticas aliadas às insipientes transformações daquele espaço motivaram a presente investigação.

Pode-se afirmar que, de loteamento clandestino à área de risco, o Buraco da Jia tem passado por inúmeras transformações e permanências relativas às problemáticas diversas, dentre elas as socioambientais as quais se dará um enfoque maior no presente texto. Para tanto, o artigo está subdividido da seguinte maneira: 1. Introdução; 2. Metodologia: Loteamentos Clandestinos, Áreas de Risco e as Problemáticas Socioambientais; 3. Resultados e Discussões: De Loteamento Clandestino à Área de Risco Socioambiental: o que mudou e o que permanece?; 4. Considerações Finais; além do resumo e das referências.

¹ CAMPINA GRANDE. **Projeto Urbanização da favela do Buraco da Jia**. Campina Grande: PMCG, 1985.

2. METODOLOGIA: LOTEAMENTOS CLANDESTINOS, ÁREAS DE RISCO E PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Inicialmente, no que se refere à metodologia da pesquisa, optou-se por um estudo do tipo qualitativo. Ademais, trata-se de uma pesquisa explicativa, visto que está centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou contributivos ao desencadeamento dos fenômenos (GIL, 2007), sendo a relação espaço-tempo fundamental neste tipo de pesquisa. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos e principais fontes de dados do estudo, apresentam-se como principais os seguintes procedimentos e fontes: 1. Levantamentos bibliográficos em livros, teses, dissertações acerca da temática; 2. Análise de documentos históricos e contemporâneos, visando historicizar as intervenções estatais no espaço estudado; 3. Mapeamentos do espaço; 4. Registros fotográficos; 5. Observações *in loco*, entre outros.

Acerca da fundamentação teórica do estudo, foca-se, no momento, em algumas discussões básicas para o entendimento da dinâmica analisada, a saber: loteamentos clandestinos, áreas de risco (com enfoque na segunda terminologia), problemáticas e riscos socioambientais e vulnerabilidades, além de outras discussões afins.

Assim, pode-se traçar uma breve discussão a respeito da terminologia “loteamento”. Segundo Bitoun: “A palavra ‘loteamento’ é usada para designar um lugar cujo acesso se teve por cessão ou venda por parte de um proprietário que loteou um terreno. Esse loteamento é clandestino, mas o acesso ao sol ocorreu sem conflito [...]” (BITOUN, 2000, p. 05). Loteamento diz respeito ao parcelamento de um espaço ao que se tem acesso via cessão ou venda às quais o autor se refere e pode significar um parcelamento caracterizado pela legalidade ou não, sendo que o uso dos seus lotes pode se dar com ou sem conflitos.

A respeito dos loteamentos clandestinos, Souza (2004, p. 264) afirma: “[...] pertencem, por via de regra, à família dos loteamentos irregulares”. Entretanto, o autor enfatiza que o loteamento clandestino se diferencia dos outros tipos de loteamentos irregulares porque nesses últimos “[...] um projeto de loteamento foi apresentado pelo loteador à Prefeitura e aprovado” (SOUZA, 2004, p. 264). Já no caso dos loteamentos clandestinos, eles “[...] nem sequer tiveram um projeto submetido à Prefeitura e por ela aprovado” (idem).

Em muitas cidades brasileiras os loteamentos populares, que serviriam de moradia aos mais pobres, eram a alternativa que os proprietários encontravam para garantir lucro a partir de uma terra sem atrativos. Se não fosse para os pobres, aqueles terrenos dificilmente seriam utilizados pela classe mais abastada da população, face à ausência de infraestrutura básica, entre outros problemas.

Partindo da discussão sobre loteamentos clandestinos e adentrando na polissêmica discussão sobre os riscos, cumpre ressaltar que se tem aqui uma visão socioambiental dos mesmos, compreendendo-os enquanto resultante de dinâmicas diversas, mistas portanto (TOMINAGA, 2012), entendendo que a relação sociedade-natureza se faz fundamental para o entendimento das dinâmicas estudadas, além do que ressalta-se a intrínseca relação dos riscos com as vulnerabilidades. No que concerne ao risco e à abordagem socioambiental, Mendonça (2010, p. 156) afirma que os riscos socioambientais “[...] evidenciam elementos e fatores de ordem natural (ambiental) e social (cultural, política, econômica e tecnológica)”.

Nesse ponto, concorda-se com Mendonça quando o mesmo coloca que esses riscos evidenciam diversos elementos e fatores, pois é a partir da junção desses elementos que podem surgir os desastres. Nas palavras de Mendonça (2010, p. 156)

Uma das principais dimensões dos riscos, e de interesse das sociedades, é sua expressão espacial, ou seja, os riscos são espacial e temporalmente datados, o que os torna um dos temas de maior interesse da geografia atual. Neste aspecto não se trata de aborda-los de um ponto de vista apenas natural ou social, ainda que se possa fazê-lo, mas de buscar evidenciar sua expressão geográfica tendo por base a imbricação direta dos diferentes elementos componentes do espaço geográfico.

Considera-se que os desastres é que são espacialmente e temporalmente datados, pois o risco trata-se da probabilidade da ocorrência do desastre (VEYRET, 2007, TOMINAGA, 2012). Ainda sobre a noção de risco o autor assinala que a mesma forja “[...] a mudança da concepção predominante de estabilidade do espaço ou da natureza, uma vez que fundamenta-se na idéia de incerteza quanto às paisagens futuras, especialmente ao admitir os processos de mudanças globais e globalização em curso” (MENDONÇA, 2010, p. 156). Nesse contexto trata-se das incertezas do porvir, diante de tantas mudanças que vêm ocorrendo em diversas escalas.

Para Calvo García-Tornel e Granell Pérez (2009, s.p), “[...] los riesgos emergen cada vez con más fuerza como problemas públicos que deben gestionarse, lo cual resulta con frecuencia bastante complejo”. Sabe-se que, de fato, é cada vez maior a utilização e depreciação da natureza, esse fato colabora para essa emergência mais forte dos riscos. Romero *et al* afirmam:

Más allá de intentar explicar el aumento de los desastres naturales como consecuencia de los cambios climáticos o de los fenómenos de El Niño, es evidente que se trata de asuntos de injusticia ambiental y territorial (Pelling, 2003; Krieg and Faber, 2004; Fischer et al., 2006; Fielding and Burningham, 2005.)

Essa colocação é muito pertinente, pois tira o foco da discussão que se coloca somente nos fenômenos naturais e traz o debate para o nível das injustiças. Corroborando a discussão, Beck (2017, p. 103) afirma que “[...] el cambio climático es un desafío tanto natural como social, por lo que hace aflorar la cuestión de la justicia”. Assim, há que se pensar sobre quem mais sofre com isso e porque essas questões tanto se perpetuam.

Com relação às vulnerabilidades e aos riscos, Mendonça (2009, p. 130) enfatiza: “Riscos e vulnerabilidades socioambientais formam um par indissociável no tratamento dos problemas urbanos”. Para Filgueira, a vulnerabilidade, pode estar relacionada a “processos sociais, econômicos, territoriais e políticos” (FILGUEIRA, 2013, p. 54). Assim, os processos que são originados na sociedade estão fortemente imbricados nas causas das vulnerabilidades.

Nesse sentido, a respeito do termo vulnerabilidade, Castro (1999) afirma que seria a “Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, define os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos previstos” (CASTRO, 1999, p. 9). Assim, a vulnerabilidade seria o grau de “fragilidade” de um espaço e essa vulnerabilidade, na concepção aqui adotada, é, sobretudo relacionada aos aspectos socioeconômicos. Ou seja, quanto mais pobre um grupo de pessoas, mais vulneráveis aos riscos elas estarão. O que não quer dizer que pessoas ou grupos mais abastados não possam estar expostos a riscos, quer dizer que o grau de vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo, será muito menor para esses grupos.

Beck enfatiza que “La falta de recursos económicos influye de manera directa en la capacidad de conservar tanto la vivienda como ese estilo de vida que reduce la vulnerabilidad, y de prepararse cuando la amenaza de desastre es inminente” (BECK, 2017, p. 105). Corroborando o exposto, Marandola Jr. assevera que “[...] a própria condição social, mesmo em termos de classes, age de diferentes maneiras na forma como pessoas e grupos específicos irão enfrentar o risco” (MARANDOLA JR, 2006, p. 34). Nesse cenário, o autor busca explicar que os grupos sociais de maior renda terão mais capacidade financeira e técnica de lidar com possíveis riscos do que aqueles grupos mais pobres.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: DE LOTEAMENTO CLANDESTINO À ÁREA DE RISCO SOCIOAMBIENTAL: O QUE MUDOU E O QUE PERMANECE?

Entre as décadas de 1940 e 1950, através de loteamentos clandestinos na intersecção dos bairros do Alto Branco, da Conceição e do Louzeiro, teve origem em Campina Grande a Favela do Buraco da Jia (hoje também conhecida por Rosa Mística, Figura 01).

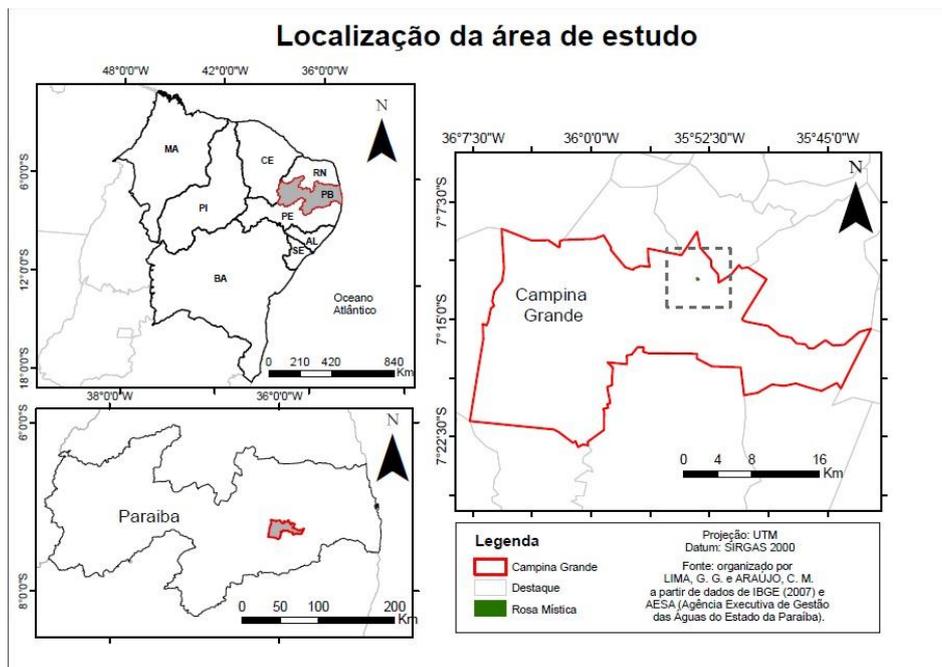


Figura 01: Mapa de localização da área de estudo. **Fonte:** Araújo, 2014.

O referido espaço foi sendo ocupado por famílias que, movidas pelo êxodo rural e em razão dos preços baixos dos terrenos do local, além da necessidade por moradia, entre outros motivos, passaram a construir suas vidas naquele espaço. Com muitas pessoas necessitando de moradias, as famílias que “detinham” a terra ofereciam os terrenos, muitas vezes inadequados à moradia, e obtinham lucro a partir dessas negociações.

O Estado não se envolveu nesse processo, deixando que os “proprietários” loteassem e vendessem e/ou arrendassem os terrenos sem a mediação estatal. A respeito da inércia e da tolerância do Estado diante de fatos como esse, Maricato (2003b, p. 157) afirma: “É notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana”.

A ausência (ou presença paliativa) do Estado não se deu apenas nesse momento de ocupação inicial, mas também e, sobretudo, ao longo da história daquele espaço. Assim, após décadas, naquele espaço insalubre e pleno de problemáticas socioambientais, a exemplo das inundações e das doenças de veiculação hídrica, houve a primeira intervenção do Estado, através da Prefeitura de Campina Grande, em meados de 1980.

Nessa década foi elaborado um projeto de urbanização, com intervenções municipais para o espaço. Tal atuação pode ser caracterizada como sendo incompleta e insipiente, tendo em vista que sanou alguns problemas, mas outros surgiram ou se intensificaram. Segundo Maricato (2003a, p. 83), “[...] a urbanização implica, no mínimo, iluminação, água tratada,

esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida”. Assim, percebe-se que o que ocorreu no espaço estudado foi, na verdade, a instalação de alguma infraestrutura, uma vez que, há mais de 40 anos, os moradores conviviam sem nenhuma ação do Estado².

Contemporaneamente, passados quase 40 anos da execução realizada, a antiga Favela do Buraco da Jia, hoje conhecida também como Rosa Mística, tem parte do seu espaço considerado como sendo uma das áreas de risco da cidade de Campina Grande³ (Figura 02).



Figura 02: Área de risco no bairro do Louzeiro⁴. **Fonte:** Araújo, 2014.

As problemáticas socioambientais encontradas nesse espaço se localizam, predominantemente, na parte destacada em vermelho no mapa da Figura 02, uma vez que outras partes do espaço foram se consolidando e tendo alguns problemas solucionados ao longo do tempo. O resultado desse processo de consolidação e de diferenciação entre as áreas que constituem aquele espaço pode ser verificado no mapa abaixo, o qual representa as tipologias espaciais presente naquele local (ARAÚJO, 2014):

² Para maiores informações consultar o “Projeto Urbanização da favela do Buraco da Jia (1985)” na íntegra.

³ Em estudo realizado pela CPRM (2013) foram classificadas 13 áreas como sendo de riscos na cidade de Campina Grande.

⁴ O Buraco da Jia/Rosa Mística tem parte de sua ocupação localizada no bairro do Louzeiro.

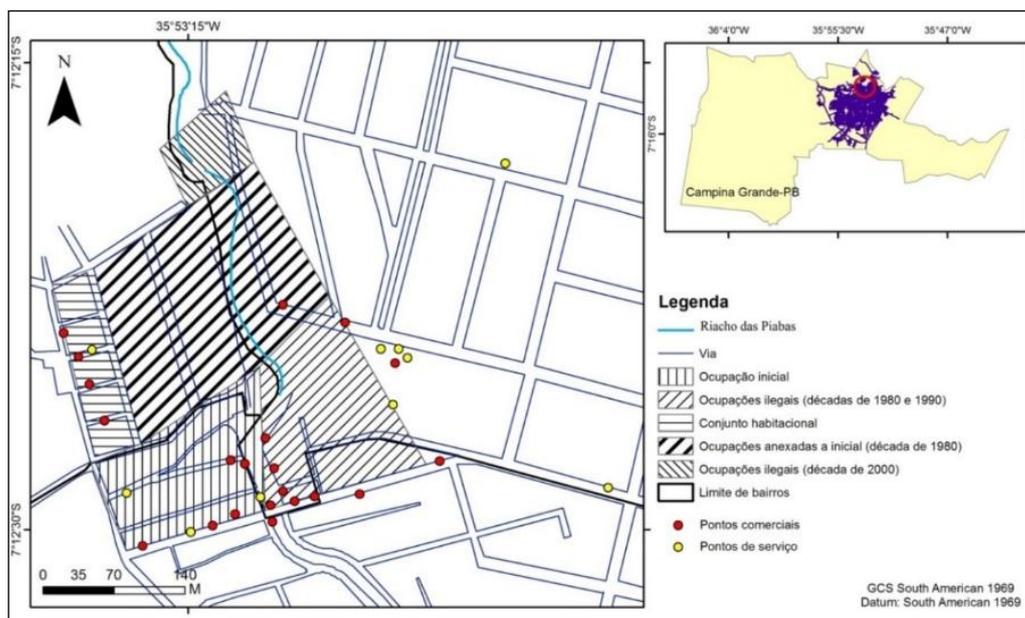


Figura 03: Tipos espaciais da Rosa Mística. **Fonte:** Araújo, 2014.

As diferenças encontradas entre os tipos espaciais acima podem ser explicadas considerando os seguintes aspectos: principais acontecimentos históricos, tempo de moradia de cada família, tipo de ocupação do terreno, poder aquisitivo e mobilidade social. Esse último é um dos fatores que mais contribuíram para as distinções existentes naquele espaço. É possível perceber que houve certa mobilidade social intraclasse⁵ de algumas famílias, principalmente as mais antigas, ao contrário das mais recentes que tem se deparado mormente com diversas problemáticas socioambientais já citadas.

Sobre os tipos analisados, percebe-se que, dos cinco apresentados, os que se encontram mais consolidados são os tipos “Ocupação inicial” e “Ocupações anexadas à inicial (década de 1980)”, pois passaram por mais transformações, sobretudo por parte dos moradores, embora ainda tenham muitos problemas a serem solucionados, como a situação jurídica da terra. O tipo “Ocupações ilegais (década de 2000)”, ao contrário, além de ser o mais recente, é também o que possui uma variedade maior de problemas.

Juntamente com essas ocupações mais recentes, verifica-se as ocupações mais históricas próximas ao Riacho das Piabas que também aparecem como foco de grandes problemas socioambientais, sobretudo quando da ocorrência de intensas precipitações pluviométricas, constituindo a “área de risco” (Figura 4), refletindo a ausência histórica de um olhar comprometido com o social e com a vida, por parte do Estado. Tais engodos poderiam ter sido solucionados à época das intervenções da década de 80, caso tivesse havido uma

⁵ Pochmann (2015).

intervenção completa pela prefeitura. Mas não foi o que ocorreu, ao contrário, além de um visível estado de precariedade, as famílias convivem com diversos perigos e realidades, tais como: poluição, doenças, inundações, deslizamentos de terra, entre outros.



Figura 4: Área de risco – Bairro do Louzeiro e descrição das problemáticas socioambientais. **Fonte:** CPRM (2013) e Defesa Civil Municipal de Campina Grande.

Na Figura 04 pode-se verificar alguns dos problemas estruturais que ainda persistem no local. No que concerne à questão específica da moradia nesse espaço, as casas que ficam mais próximas do leito do riacho e da Área de Preservação Permanente (Figura 5) são as que mais vêm sofrendo historicamente, ou seja, se configuram como espaços abandonados e estigmatizados pelos poderes públicos e pela sociedade de Campina Grande.



Figura 5: Ocupações da década de 2000. **Fonte:** Pesquisa de campo, 2013.

Através da Figura 5 pode-se perceber que as ocupações mais recentes (década de 2000) são escassas de infraestrutura, não dispo de calçamento, ligação de água e esgoto, além da frágil estrutura de construção. Para Rolnik (2006, p. 200) “O drama da multiplicação desses habitats precários, inacabados e inseguros vem à tona quando barracos desabam, em consequência de chuvas intensas [...]”. É exatamente isso que existe ainda hoje no espaço analisado. Quando ocorrem chuvas de maior intensidade, o canal transborda e muitas casas são inundadas, fato que obriga as famílias a irem para abrigos provisórios mantidos pela prefeitura. No espaço apresentado, a última ocorrência mais grave nesse sentido aconteceu em 2011 (Figura 6).



Figura 6: Casas construídas no curso do Canal das Piabas e derrubadas pelas chuvas ocorridas no 1º semestre de 2011. **Fonte:** Pesquisa de campo, 2011.

Ao observar a Figura 6 e a realidade atual de parte significativa daquele espaço *in loco*, percebe-se que a falta de alternativas possíveis de acesso à moradia leva famílias inteiras a continuarem, como em décadas anteriores, a ocupar espaços precários e impróprios para habitação. Esses espaços, entretanto, são mais baratos e mais acessíveis aos grupos mais pobres sem opções e capacidade financeira e técnica para solucionar tais problemas.

A falta de capacidade de pagar por melhores habitações aliada à omissão/ação incompleta do Estado nesses espaços resulta na crescente ocupação de áreas como essa. Ademais, a cidade não tem um plano municipal de saneamento básico aprovado, fato que traria uma melhoria na qualidade de vida para essas pessoas. Observa-se que pouco se faz por parte da gestão local no que se refere à produção de habitação de interesse social que deveria dar conta dessa demanda, com exceção de alguns projetos que mais se voltam ao mercado do que necessariamente às necessidades das famílias.

Urbanizar (ou relocar para local adequado e próximo, quando for o caso), dotar os espaços de infraestrutura é um começo interessante, mas não pode ser o fim. Essas ações devem vir acompanhadas de outras tão ou mais importantes, como a regularização fundiária.

Para Maricato

A regularização jurídica completa a melhoria das condições sociais já que confere mais estabilidade e segurança ao morador que pode até passar a livrar-se de uma condição penosa de morador de favela, condição essa que interfere nas chances de obtenção de emprego, crediário e até salários. (MARICATO, 2003b, p. 163)

A ausência de regularização jurídica ocorre em vários contextos, até mesmo naqueles onde pessoas com alto poder aquisitivo possuem imóveis. A diferença é que nos espaços onde vivem os mais pobres a condições é de constante instabilidade que se alia aos demais problemas socioambientais. Esse fato constitui grande entrave para o acesso à moradia digna por parte dessas famílias bem como ao tão propalado Direito à Cidade (Lefebvre, 2001).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações e omissões do Estado podem ser verificadas nas mais diversas escalas espaço-temporais e têm implicações bastante significativas nos espaços e na vida dos sujeitos, bem como na configuração socioambiental dos espaços urbanos. Nas áreas pobres essa atuação tem se dado de maneira paliativa, amenizando algumas problemáticas, omitindo e/ou até intensificando tantas outras.

Na antiga Favela do Buraco da Jia esse fato pode ser verificado de forma bastante contundente, pois desde a sua origem quando se caracterizava por se tratar de um loteamento clandestino até os dias atuais, enquanto classificado como área de risco, o espaço foi se consolidando em alguns aspectos enquanto em outros a precariedade se tornava mais crescente.

Passados 40 anos da sua ocupação inicial, o espaço passou por algumas intervenções insipientes do Estado, posteriormente contou com novos processos de ocupações, constituindo uma heterogeneidade espacial nítida. Ocorre que esse processo e seus resultados não são dinâmicas naturais, mas induzidas e influenciadas por diversos fatores, dentre eles a atuação seletiva ou omissa do Estado enquanto um dos principais agentes produtores do espaço, além dos aspectos socioeconômicos dos grupos sociais.

O que pode-se ‘concluir’ dessa análise é que a precariedade dos espaços, muitas vezes, se perpetuam em função da natureza da intervenção do Estado bem como a partir de outros aspectos como a falta de mobilidade social das famílias, a ausência de mobilizações políticas por parte dos grupos, o crescimento e pressão do mercado imobiliário pelo acesso aos melhores espaços da cidade, entre outras questões.

Finalmente, pode-se afirmar que, de loteamento clandestino à área de risco, o Buraco da Jia (Rosa Mística) constitui-se como um dos milhares de exemplos que podem ser vistos nas grandes e médias cidades brasileiras. Trata-se, portanto, do resultado de uma produção e de uma apropriação do espaço extremamente contraditórias, perversas e desiguais, nas quais o direito à moradia e o Direito à Cidade são frequentemente negados.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M. **O papel do Estado e dos moradores no processo de consolidação da Comunidade da Rosa Mística, Campina Grande/PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

BECK, U. **La metamorfoses del mundo.** Barcelona: PAIDÓS, 2017.

BITOUN, J. Os Territórios do Diálogo: Palavras da Cidade e Desafios da Gestão Participativa no Recife (Brasil). **Revista de Geografia** (São Paulo), Recife, v. 2, 2000.

CAMPINA GRANDE. **Projeto Urbanização da favela do Buraco da Jia.** Nov, 1985.

CASTRO, A. L. C. **Manual de Planejamento em Defesa Civil.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999.

CPRM. **Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa.** Campina Grande: 2013.

FILGUEIRA, H. J. A. Os desastres relacionados com fenômenos naturais no contexto dos sistemas organizacionais. In: GARCIA, J. P. M (org). **Desastres na Paraíba: riscos, vulnerabilidade e resiliência**. 1ed. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2013.

GARCIA-TORNEL, F. C; PÉREZ, M. C G. Valoracion social del riesgo por inundación en el litoral meridional de la región de Murcia. *Escritpa Nova*. n. 295. v. XIII, jul. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARANDOLA JR., E; HOGAN, D.J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.

MARICATO, E. Conhecer para resolver a cidade ilegal. IN: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003a.

_____. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. n. 48, v. 17, mai/ago. 2003b, p. 151-167.

MENDONÇA, F. Geografia, geografia física e meio ambiente: uma reflexão à partir da problemática socioambiental urbana. **Revista da ANPEGE**. v. 5, p.123-134, 2009.

_____. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos: a contingência climática. **Mercator**. v. 9, p. 153-163, 2010.

POCHMANN, M. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

ROLNIK, R. A Construção de uma Política Fundiária e de Planejamento Urbano para o País Avanços e Desafios. **Políticas Sociais (IPEA)**, v. 12, p. 199-210, 2006.

SOUZA, M. A. A. Pensando a Política Nacional de Habitação para a Diversidade das Famílias e dos Municípios Brasileiros. IN: BITOUN, J; MIRANDA, L. I. B. M. (Org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais**. Rio de Janeiro: Fase/Observatório da Metropoles, 2009.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOMINAGA, L. K et al (org). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2012.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

Recebido em: 13/04/2019. Aceito para publicação em: 25/05/2019